

## É POSSÍVEL DEMOCRATIZAR A CIÊNCIA?

Reflexões sobre a contribuição da epistemologia feminista para pensar além da ciência sexista

Emanuely Arco Iris Silva<sup>1</sup>

Allene Carvalho Lage<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente artigo tem por objetivo refletir sobre a ciência numa perspectiva feminista para contribuir com os novos caminhos para construção de uma ciência outra, que não esteja ancorada numa perspectiva sexista, androcêntrica e colonial. Nesse sentido, buscamos discutir sobre a produção de conhecimento como um saber generalizado, historicamente situado e incluso em uma trama de relações de poder, buscando abordar a contribuição da epistemologia feminista, do pensamento descolonial e do gênero como uma categoria útil de análise, nos termos de Scott. Nesse contexto, nossa metodologia esteve pautada em uma pesquisa bibliográfica, a partir do percurso histórico da instauração da modernidade, da trajetória da mulher e do movimento feminista, quando da entrada destas na universidade até os dias atuais. Sendo assim podemos concluir que o ingresso da mulher na universidade e a sua crescente contribuição na produção de conhecimento tem permitido criar novos debates em torno das relações de poder que apontam para um enfrentamento epistemológico na perspectiva da luta política, que denuncia a hegemonia colonial, branca e sexista da ciência. Apesar do avanço da discussão, sobretudo a partir do pensamento descolonial e feminista, a luta contra o sexismo da ciência está longe de apontá-la como democrática, pois ainda carrega um discurso-cilada na defesa de seus instrumentos de hegemonia, que historicamente tem invisibilizado e descredibilizado a produção científica de mulheres.

**Palavras-chave:** Ciência. Epistemologia feminista. Pensamento descolonial. Relações de gênero.

**Abstract:** This article aims to reflect on science from a feminist perspective to contribute with new ways to build a science another, that is not anchored in a sexist, androcentric and colonial perspective. In this sense, we discuss on the production of knowledge as a generalized knowledge, historically located and included in a network of power relations, seeking to address the contribution of feminist epistemology, the de-colonial thinking and gender as a useful analysis category based on Scott's terms. In this context, our methodology was guided by a research bibliography, from the historical background of the establishment of modernity, the history of women and the feminist movement, since they entered university until today. Thus we conclude that the entry of women in the university and their increasing contribution to the production of knowledge have allowed to create new debates about power relations that point to an epistemological perspective in addressing the political struggle, denouncing the colonial hegemony, white science and sexist. Despite the progress of the discussion, especially since the de-colonial and feminist thought, the fight against sexism in science is far from pointing it as democratic as it still carries a speech-trap in defense of their instruments of hegemony, which has historically invisibilizes and discredits the women's scientific production.

**Keywords:** Science. Feminist epistemology. De-colonial thinking. Gender relations.

---

<sup>1</sup>Mestranda em Educação Contemporânea pelo e bolsista CAPES. Licenciada em Pedagogia pela UFPE-CAA. E-mail: emanuely\_arcoiris@hotmail.com

<sup>2</sup>Pós-doutora em Educação e Doutora em Sociologia. Professora do Programa de Pós-graduação em Educação Contemporânea e Professora do Curso de Pedagogia, ambos da UFPE-CAA. Coordenadora do Observatório dos Movimentos Sociais da América Latina da UFPE. E-mail: allenelage@yahoo.com.br.

## INTRODUÇÃO

No final do século XIX e início do século XX, as manifestações da luta sufragista feminista, movimento liderado por mulheres de classe alta que lutaram para a garantia do direito de voto das mulheres, fez com que esse período fosse conhecido como a primeira onda do movimento feminista. Embora neste período as reivindicações tenham sido restritas apenas pelas e para as mulheres brancas e de classe média, é através deste movimento que o mundo vive um despertar para a superação da invisibilidade das mulheres.

Na década de 1960, os movimentos feministas ganham maior visibilidade. Este é um período conhecido como a segunda onda do movimento feminista, no qual diferentes grupos sociais - negros, mulheres, estudantes, intelectuais entre outros - nos principais países da Europa e nos Estados Unidos buscaram romper com o silenciamento e a discriminação que sofreram historicamente. Nesse sentido, muitos fatores possibilitaram o (re)surgimento de diversos movimentos contra-hegemônicos, dentre eles o movimento feminista e nessa perspectiva, uma grande quantidade de mulheres, inseridas nas universidades, iniciaram um modo diferenciado de militância, tendo como arma a produção de um conhecimento que colocasse em causa o conhecimento conservador, que por muito tempo justificou a dominação masculina sobre as mulheres.

Entretanto, apesar de reconhecermos que as lutas feministas se iniciaram com maior visibilidade em países da Europa e nos Estados Unidos, vale ressaltar que assim como assinala Magdalena Valdivieso (2012), a emergência dos estudos feministas na América Latina, apóia-se numa visão de que o feminismo não é um discurso inerentemente ocidental e eurocêntrico, mas uma postura política, filosófica, epistemológica profundamente crítica dos paradigmas e práticas ocidental, social e cultural, produzida a partir da subordinação, marginalidade e resistência. Na América Latina, os estudos feministas têm características próprias, trazendo debates sobre a importância da descolonização do saber e do ser, que por vezes podem estar, na perspectiva feminista, aliado ao conceito de despatriarcalização da sociedade (VALDIVIESO, 2012 p. 20).

O que se pretendia a partir de então, através de estudos feministas, era questionar os valores sociais que justificavam a dominação masculina e a subordinação das mulheres, através de uma perspectiva de conhecimento da modernidade, que assumia uma posição de suposta neutralidade do sexo nas produções acadêmicas. Estes buscavam fundamentar a inferiorização das mulheres através de teorias de cunho determinístico naturalista, no qual tentavam justificar a ausência feminina em determinadas carreiras ou sua incapacidade para o desenvolvimento de

determinadas tarefas, como próprios ao sexo, ligadas aos aspectos biológicos. Em contrapartida, o que as feministas refletiam era que estas questões determinísticas deveriam ser entendidas sob uma perspectiva de gênero, colocando o debate da desigualdade entre os sexos como uma construção social e não apenas como biologicamente dados. Em face disto, segundo Colling (2004).

Falar em gênero em vez de falar em sexo indica que a condição das mulheres não está determinada pela natureza, pela biologia ou pelo sexo, mas é resultante de uma invenção, de uma engenharia social e política. Ser homem/ser mulher é uma construção simbólica que faz parte do regime de emergência dos discursos que configuram sujeito. Nesse sentido, é necessário criticar, demonstrar estereótipos universais e valores tidos como inerentes à natureza feminina. A idéia de gênero, diferença de sexos baseada na cultura e produzida pela história secundariamente ligada ao sexo biológico e não ditada pela natureza, tenta desconstruir o universal e mostrar a sua historicidade (COLLING, 2004, p. 29)

Nessa perspectiva, o que se pretendeu através dos estudos feministas foi colocar a mulher como sujeito de análise, possibilitando uma visibilidade sobre as principais questões que levam a subordinação destas, trazendo para o debate estudos sobre a mulher na educação, a mulher e política, a mulher e o corpo, a mulher e a maternidade, e muitos outros. Segundo Louro (1997)

Tornar visível aquela que fora ocultada foi o grande objetivo das estudiosas feministas desses primeiros tempos. A segregação social e política a que as mulheres foram historicamente conduzidas tivera como consequência a sua ampla invisibilidade como sujeito — inclusive como sujeito da Ciência (LOURO, 1997, p. 17).

Nessa direção, os estudos sobre a mulher na academia, apesar de inicialmente terem sido restritos e recebido críticas, acabaram por inaugurar uma nova forma de pensar a sociedade e a produção de conhecimento. A perspectiva da militância na produção do conhecimento, que antes era alvo das principais críticas à proposta de estudos feministas, acaba rompendo definitivamente com a perspectiva de neutralidade na ciência (LOURO, 1997, p. 19). Nesse sentido, podemos apontar que as feministas trazem seu caráter de luta política para a ciência, apontando a crítica da neutralidade e da objetividade, indispensáveis ao fazer científico.

Nesse contexto, Lage (2008) reflete que os estudos feministas não buscam apenas a transformação epistemológica com a formulação de novas perspectivas teóricas e/ou metodológicas, segundo a autora esta se apresenta na mesma intensidade como uma perspectiva política:

[...] que se posiciona perante as questões cruciais que a ciência, desde sempre, relegou a um segundo plano, sob o argumento da necessária despolitização científica. Nesse sentido reivindicam que o mundo científico assuma o seu caráter de subjetividades e, de tal forma que possa, não apenas

atuar politicamente, mas que também se constitua como sujeito detentor de responsabilidades frente às mudanças para a construção de uma sociedade multicultural (LAGE, 2008, p. 204).

Dessa maneira, pesquisas têm levado em consideração outras formas de saberes e metodologias, como histórias de vida e estudos que trazem o corpo como objeto de investigação. Aos poucos, deslocamentos realizados de outras teorias como o marxismo, a psicanálise, o funcionalismo, o estruturalismo, dentre outras, começam a não dar conta de explicar as relações desiguais de gênero, pois estas teorias sempre estiveram centradas em uma perspectiva androcêntrica, pensadas a partir de valores masculinos, e tomando estes como referência. É neste cenário que surgem novas epistemologias, como a epistemologia feminista. Segundo Walter Mignolo (2003) “as epistemologias feministas contribuíram de maneira impressionante para descentrar e memorizar os pressupostos patriarcais da ciência ocidental e da revolução científica e das suas consequências históricas, políticas, epistêmicas e éticas” (MIGNOLO, 2003, p. 649).

Diante disto, os estudos feministas, através de uma linguagem centrada na perspectiva das relações de gênero, começam a refletir sobre as formas de dominação sofrida pelas mulheres e por homens que não se enquadram em uma perspectiva hegemônica de masculinidade (branca, heterossexual e colonial). Levando em consideração as relações de poder existentes entre ambos os gêneros e as formas de segregação sexual que justificam papéis sociais diferenciados para homens e mulheres, produzem uma sociedade sexista, em que homens e mulheres são definidos segundo o gênero, apresentando estereótipos para cada um, no qual, na maioria das vezes, busca abordar a condição das mulheres determinada pela natureza, pela biologia ou pelo sexo.

Diante do exposto, o estudo em questão tem a pretensão de, a partir das relações de gênero presentes na sociedade<sup>3</sup>, refletir ainda como este vem se desenhando na ciência, no qual fazemos o seguinte questionamento: é possível democratizar a ciência? E quais as contribuições do pensamento descolonial para a democracia na ciência?

Nessa perspectiva, temos por referência a valorização do pensamento dos estudos pós-coloniais, que considera as especificidades do pensamento feminista da América Latina, rompendo com a hegemonia do pensamento colonial, ao mesmo tempo em que leva em consideração as formas específicas de subordinação, sejam elas de gênero, classe, étnia ou ainda

---

<sup>3</sup> Como nosso trabalho busca estudar a questão das relações de gênero dentro da Universidade, usamos a grafia (os/as) para expressar a necessidade de afirmação da igualdade entre os sexos dos espaços sociais e dentro da ciência. É também uma forma de expressar politicamente a luta feminista dentro da ciência, protagonizada por intelectuais como Sandra Harding.

de lugar, que contribuem para a construção de hierarquias sociais na América Latina. Mas, em contrapartida, reconhecendo os pressupostos básicos que permitem olhar para o feminismo como um todo, na luta para alcançar a igualdade entre os gêneros a partir do reconhecimento das situações de subordinação, discriminação, opressão e exploração feminina, naturalizado pelo padrão do poder dominante, poder este visto na ciência, nas expressões culturais, sociais, políticas, econômicas e de modo geral no patriarcado (VALDIVIESO, 2012, p. 22).

### **Um olhar sobre a ciência**

Os séculos XVI e XVII, com a revolução científica, foi um marco para o que hoje entendemos como ciência. Este período foi marcado por uma crise de paradigmas, que pode ser considerado como um dos principais fatores para o desencadeamento do pensamento da Modernidade. Nessa perspectiva, este período não representa apenas uma crise científica, na qual houve confrontos entre modelos, como o modelo heliocêntrico de sistema solar pensado por Nicolau Copérnico e o modelo geocêntrico da tradição aristotélica. Para além disto, esta crise de paradigmas representou também uma mudança de visão de mundo, da concepção da natureza e do lugar do ser humano.

Nesse cenário, a formulação do conhecimento da modernidade passa a assumir um caráter epistemológico que buscou suas referências tanto na tradição racionalista, pensada a partir de Descartes, como na tradição empirista, pensada a partir de Bacon. Nesse sentido, segundo Marcondes (1996) é no próprio indivíduo, com a sua natureza racional, que os pensamentos vão buscar os fundamentos para as novas teorias científicas (MARCONDES, 1996, p. 19). A modernidade, portanto, se caracterizou por uma ruptura com tradições anteriores, tendo o sujeito pensante como o centro, inaugurando a partir disto o paradigma subjetivista, na qual o conceito de verdade estaria nas mãos dos homens. Ainda segundo Marcondes (1996),

Este paradigma epistemológico é crítico, exatamente na medida em que é reflexivo, isto é, em que é capaz de submeter a razão a um exame permanente, garantindo o seu bom funcionamento, e evitando assim que se repitam as falhas da ciência clássica, cujos modelos explicativos se revelam falsos. A possibilidade da crítica pressupõe, contudo, a autonomia da consciência subjetiva, bem como se caráter originário. O modelo de conhecimento é, ele próprio, derivado da subjetividade. [...] de acordo com esse modelo, a subjetividade é o termo dominante na relação sujeito/objeto, enquanto relação de conhecimento (p. 20)

Além disto, neste período a ciência adquiriu um poder de explicar o mundo, assumindo um caráter de sinônimo de verdade, o que atualmente parece ser aceito de forma natural. Nessa direção Lage aponta que (2008)

Diante destes preceitos, foi se processando uma taxionomia sobre a forma de se conhecer o mundo, colocando de um lado tudo o que é científico e, portanto, relevante e do outro, tudo o que é não-científico e, portanto, marginal. As consequências desta dicotomia hierarquizante foram desastrosas sob o ponto de vista da diversidade cognitiva da nossa humanidade, pois provocou a ocultação e a desqualificação de uma infinidade de conhecimentos por todo o mundo, segregando-lhes do direito de também se fazerem verdade (LAGE, 2008, p. 195- 196)

Deste modo, podemos identificar que, o que ocorreu com a ciência, foi a imposição de um conhecimento sob um ideal universalizante, que está expresso na tentativa de infundir nas outras formas de conhecer e compreender o mundo alheio a estas, subalternizando outras formas locais de percebê-lo (LAGE, 2008 p. 196). Nessa perspectiva, as promessas da modernidade e da ciência não se cumpriram<sup>4</sup>, apesar de considerarmos que o advento da ciência trouxe grandes avanços para o desenvolvimento do conhecimento no mundo moderno. O que assistimos é uma forte relação da produção do conhecimento e o poder, que segundo Lage tem provocado um verdadeiro holocausto:

A simbiótica relação entre poder e conhecimento tem se traduzido num verdadeiro holocausto, protagonizado pela ciência, sobre todas as outras formas de conhecimento. Dentro desta perspectiva inscreve-se a idéia da competição epistemológica. Uma competição predatória, onde o ocidente civilizado canibaliza culturas e conhecimentos numa acirrada e desigual disputa por espaços e poder. Assim, a imposição desta supremacia tem limitado as possibilidades cognitivas do mundo, na medida em que se constrói como universalidade uma única forma de conhecimento [...] (LAGE, 2008, p. 198).

Segundo Boaventura de Sousa Santos é só no século XIX que o modelo de racionalidade, que está posto, denominado por ele de paradigma dominante, se estende às ciências sociais emergentes. Assim, podemos falar de um modelo global de racionalidade, que estaria em oposição a duas formas de conhecimento não científico: “o senso comum e as chamadas humanidades ou estudos humanísticos”. Nesse contexto, por se tratar de um modelo que se pretende global, “a nova racionalidade científica é também um modelo totalitário, na medida em que nega o carácter racional a todas as formas de conhecimento que se não pautarem pelos seus princípios epistemológicos e pelas suas regras metodológicas” (SANTOS, 2009, p. 21).

<sup>4</sup> Segundo Santos (2000) a promessa da dominação da natureza, através do uso da ciência numa perspectiva moderna, e do seu uso para o benefício comum da humanidade, conduziu a uma exploração excessiva e despreocupada dos recursos naturais, a catástrofe ecológica, a ameaça nuclear, a destruição da camada de ozônio, e à emergência da biotecnologia, da engenharia genética e da consequente conversão do corpo humano em mercadoria última. A promessa de uma paz perpétua, baseada no comércio, na racionalização científica dos processos de decisão e das instituições, levou ao desenvolvimento tecnológico da guerra e ao aumento sem precedentes do seu poder destrutivo. Neste século morreu mais gente de fome do que em qualquer dos séculos anteriores, e mesmo nos países mais desenvolvidos continua a subir a percentagem dos socialmente excluídos, aqueles que vivem abaixo do nível de pobreza (chamado “terceiro mundo”) (SANTOS, 2000, p.56)

Nesse panorama, também no século XIX surgem, em consequência da modernidade, as ciências sociais. Esta emerge num contexto de expansão da industrialização e da crescente urbanização, necessitando de novas formas de pensar a sociedade. No entanto, as ciências sociais tendiam a assumir características da ciência natural, pois segundo Santos (2009) a vertente dominante científica tendia a aplicar aos estudos da sociedade os princípios epistemológicos e metodológicos dos estudos da natureza, e nesse aspecto, fez-se necessário a reivindicação de metodologias próprias às ciências sociais, com base na especificidade do ser humano e sua distinção em relação a natureza (SANTOS, 2009 p. 33-34).

Diante disto, o que Boaventura de Sousa Santos discute que as questões acima descritas provocaram a crise do paradigma dominante, crise esta irreversível que pode ser refletida a partir das condições sociais e teóricas. Nessa direção, segundo este autor, o aprofundamento do conhecimento permitiu ver a fragilidade dos pilares em que se funda. (SANTOS, 2009 p. 43-45).

Para Mignolo (2003), a crise de paradigma deste período representou uma ruptura subparadigmática, pois não houve um rompimento entres os paradigmas, mas um desvio de paradigma dentro do mesmo paradigma. Nesse aspecto, além de ser uma ruptura subparadigmática esta foi uma ruptura espacial, o que para Mignolo:

[...] não tratou-se, aqui, de uma ruptura epistemológica propriamente dita, mas transformada em diferença colonial através da rejeição de outras formas de conhecimento. [...] terá havido, então, dois processos cruciais: primeiro foi o processo da colonização do tempo e o outro o da colonização do espaço. A colonização do tempo resultou na «invenção da Idade Média» e a colonização do espaço na «invenção da América» (MIGNOLO, 2003, p. 637-638).

Na perspectiva dos estudos pós-coloniais, Walter Mignolo (2003) diz que a racionalidade negada a outras formas de conhecimento parte da ideia de que hoje existe uma forma de colonialidade entre os poderes e os saberes. Para este autor a descolonização já não é um processo de libertação das colônias, com vista a formação de Estados independentes, “mas sim o processo de descolonização epistêmica e de socialização do conhecimento” (MIGNOLO, 2003 p. 632). Dessa maneira, e em convergência com Santos (2009), outras formas de conhecimento e de racionalidade devem ser pensadas a fim de criarmos formas e saberes para uma vida decente<sup>5</sup>, buscando uma diversidade epistêmica nesse novo paradigma, onde os saberes subalternizados são valorizados.

---

<sup>5</sup> Para Santos (2009), é preciso que saibamos repensar a ciência e a construção de novos conhecimentos prudentes para uma vida decente. Nesse sentido, sendo uma revolução científica que ocorre numa sociedade ela própria revolucionada pela ciência, o paradigma a emergir dela não pode ser apenas um paradigma científico (o paradigma de um conhecimento prudente), tem de ser também um paradigma social (o paradigma de uma vida decente) (p. 60).

A colonialidade do poder e do saber, por sua vez, segundo Mignolo seria ainda uma questão a ser discutida na América Latina, pois historicamente com a colonização europeia as línguas de origem dos colonizadores foram impostas como padrão, sobre todas aquelas que não se enquadravam no contexto da racionalidade. Nessa perspectiva, para este autor a língua tem um papel fundamental nessa dominação, pois a ciência não pode ser separada da língua, na qual estas não são apenas fenômenos culturais, são também o lugar em que o conhecimento está inscrito. Este autor, prossegue dizendo que, as línguas não são algo que os seres humanos têm, “mas algo que os seres humanos são, a colonialidade do poder e do saber veio a gerar a colonialidade do ser” (MIGNOLO, 2003 p. 632-633). Nessa direção, a forma de tratamento dos sujeitos como inferiores não estaria apenas ligado à racialização cultural, mas também epistêmica. Ainda para Mignolo

O poder da modernidade oculta, ao mesmo tempo, a colonialidade (do poder, do saber, do ser). A colonialidade do poder abre uma porta analítica e crítica que revela o lado obscuro da modernidade e o facto de nunca ter havido, nem poder haver, modernidade sem colonialidade. Da mesma forma que a «ciência» e o «conhecimento científico» estão imbricados na equação, o conceito moderno de conhecimento e de ciência foi concebido e usado para descartar conhecimentos e formas de saber inscritas em línguas vernáculas não ocidentais e coloniais e nas suas origens clássicas (grego e latim). A colonialidade (do poder, do conhecimento e do ser) aponta, por outras palavras, para a sempre oculta implicação de negação e repúdio em nome dos valores da modernidade ocidental (valores cristãos, entenda-se de base católica e protestante: a fé, a ciência, a liberdade, a democracia, justiça, os direitos humanos, etc.) (MIGNOLO, 2003, p. 634).

Em face disto, a modernidade pressupõe a colonialidade. Só existe a modernidade se comparada a colonialidade, ao atraso, como se esta fosse necessária àquela para se sustentar e aparecer como a única realidade existente, credível. Assim como aponta Santos (2000) e Mignolo (2003) o conceito de ciência na modernidade é totalitário, e esta ainda pode ser tanto regulatória como emancipatória. Regulatória, pois tem servido como padrões para avaliar todas as formas de conhecimento que não se enquadram nos limites da “supremacia epistêmica”. A nosso ver é emancipatória quando vistas por paradigmas emergentes<sup>6</sup>. Nesse sentido para Mignolo, por muito tempo, a colonialidade permaneceu invisível, pois se considerava que o colonialismo seria um passo para a modernidade, para a civilização e hoje ainda continua sendo invisível sob a

---

<sup>6</sup> O paradigma emergente, pensado por Boaventura de Sousa Santos (2009), vem contrapor-se ao paradigma dominante. Nessa perspectiva, o conhecimento do paradigma emergente tende a ser um conhecimento não dualista, um conhecimento que se funda na superação das distinções. Incentiva os conceitos e as teorias desenvolvidas localmente a emigrarem para outros lugares cognitivos. Nesse sentido há uma pluralidade de métodos, mediante transgressão metodológica. Tenta dialogar com outras formas de conhecimento deixando-se penetrar por elas. No paradigma emergente todo o conhecimento científico visa constituir-se em senso comum (p. 59 - 91)

justificativa de que este tenha acabado e de que só resta a modernidade. Entretanto, segundo Mignolo, o que existe é a explicação da realidade apenas por um lado e “uma das razões para só ver metade da história é que esta sempre foi contada do ponto de vista da modernidade. A colonialidade era o espaço sem voz (sem ciência, sem pensamento, sem filosofia) que a modernidade tinha, e ainda tem, de conquistar, de dominar” (MIGNOLO, 2003 p. 639-640).

Sendo assim, a visão de mundo da modernidade pressupõem segundo Edgardo Lander (2005) uma visão universal da história associada à ideia de progresso e nesse aspecto é que se justifica a classificação e hierarquização dos povos, dos continentes e as experiências históricas. Pressupõem também a naturalização das relações sociais como da natureza humana da sociedade capitalista, a naturalização das múltiplas separações da sociedade e a necessária superioridade dos conhecimentos que a sociedade produz, em detrimento a todos os outros conhecimentos (LANDER, 2005 p. 8).

As razões para a manutenção ainda hoje da negação histórica da colonialidade, apontada por Mignolo, estaria ligada ao triunfo disfarçado de determinados grupos que através do poder e do conhecimento classificam e dominam o resto da humanidade. A isto, Mignolo denominou de colonialidade do poder. Nessa perspectiva, a superação do totalitarismo epistêmico, implicaria antes a superação da dualidade modernidade/colonialidade. A superação da dualidade - ciência ou mito -, bem como da dependência da modernidade em relação ao atraso. Em face disto, o que se quer abordar, segundo este autor, é que não pode haver apenas uma direção, mesmo que esta seja considerada boa. O que não significa dizer que apenas o olhar da colonialidade seja mais viável, mas que possa haver várias direções, pois uma única direção levaria ao totalitarismo. Nas palavras de Mignolo “o problema é que não pode haver um caminho, uni-versal. Tem de haver muitos caminhos, pluri-versais. E este é o futuro que pode ser alcançado a partir da perspectiva da colonialidade com a contribuição dada pela modernidade, mas não de modo inverso” (MIGNOLO, 2003 p. 642).

### **Crítica feminista à ciência**

A crítica feminista da ciência vem no sentido de superar formas excludentes do mundo moderno, questionando a noção de neutralidade e objetividade na produção de conhecimento, refletindo sobre este como um campo marcado por valores e perspectiva masculina e colonial, funcionando como um veículo que buscou por muito tempo justificar e sustentar a dominação masculina. No campo das ciências naturais, pesquisas buscaram justificar a dominação masculina por questões

referentes ao sexo, tentando comprovar que negros ou mulheres são por natureza menos inteligência, ou são mais fracos em sua compreensão no campo da matemática.

Nessa perspectiva, a crítica feminista da ciência, que se intensificou por volta da década de 1960, a partir do crescimento dos Movimentos Feministas, buscou romper com a ciência androcêntrica, na qual possui metodologias e conceitos orientados pela experiência masculina. Entretanto, com isso não se quer dizer que devemos criar agora uma ciência totalmente feminista, mas que esta buscou trazer contribuições para se pensar as desigualdades em torno das ciências, a partir do momento em que evidencia algumas dimensões excludentes da ciência.

Segundo Mignolo (2003), é possível considerarmos três dimensões que a crítica feminista aponta. A primeira está ligada a visão da ciência moderna, na qual foi e é uma construção epistêmica a partir de uma perspectiva masculina. Outra questão fundamental para refletirmos é que ao considerarmos a visão masculina de ciência tornam-se invisíveis outros tipos de conhecimento e outras perspectivas de compreensão do mundo. Por fim, a crítica feminista da ciência serviu para desalojar o mito de que esta estaria “purificada e vacinada contra a infecção sexual e da diversidade” (MIGNOLO, 2003 p. 649).

Diante disto, a contribuição da crítica feminista trouxe novas possibilidades para pensar a produção de conhecimento em um campo hierarquizante que é a ciência. Neste aspecto, segundo Lage (2008), o pensamento feminista:

Impulsiona o surgimento de espaços para questionar e desconstruir identidades subalternizadas, que sempre foram utilizadas para justificar ausências dentro do mundo científico, pondo fim aos silenciados questionamentos sobre os rumos da ciência e dos seus projetos, interesses e compromissos. Dentro desta perspectiva, fica claro que o caminho trilhado pela ciência tem sido marcadamente sexista, pois a generalização da raça humana, enquanto uma categoria masculina assume uma universalidade que não representa nem no mínimo, a metade da humanidade (LAGE, 2008 p. 203).

Além disto, se levarmos em consideração que a ciência tem como referência não apenas uma visão masculina, mas também branca e eurocêntrica fica ainda mais evidente o caráter excludente desta, que segrega outros tipos de conhecimento que não se enquadram no padrão dominante.

A crítica feminista, sobretudo, contribuiu para a reflexão da ciência na sua perspectiva binária, pois esta questão buscou justificar desigualdades em sociedades divididas desiguais. Nessa direção, a ciência tem se pautado como uma expressão de sua ideologia, que através desta representa a maneira de pensar necessária a preservação da hegemonia desenhada pelas experiências de dominação.

A crítica feminista busca afirmar que não existe neutralidade na ciência e que o/a pesquisador/a não vai ao campo de pesquisa sem seus valores sociais e morais pré-estabelecida. Nessa perspectiva, o pensamento feminista contribui para acabar com o mito da investigação imparcial, que segundo Jaggar, tem sido associada a grupos dominantes e que esse mito serviria para reproduzir suas autoridades epistêmicas, pois “o ideal do investigador imparcial é, portanto, um mito classista, racista e, sobretudo, masculinista” (JAGGAR, 1997 p. 172).

Para algumas feministas uma nova forma de produção de conhecimento deve superar o método, a metodologia e a epistemologia da ciência moderna. Nessa perspectiva, Mary Gergen (1993) aponta cinco aspectos da metodologia tradicional que também devem ser superados, para que essa possibilite a construção de metodologias outras, que teriam em vista caminhos pluriversais na ciência. O primeiro destes está ligado à superação da ideia de objetividade da ciência entendida na perspectiva tradicional. Essa concepção acredita que “na medida em que o cientista está distante, não-envolvido e neutro, os objetos não serão influenciados pelo cientista e dados confiáveis serão recolhidos”. Outra questão apontada por Gergen vai no sentido de superar a descontextualização das pesquisas, que muitas vezes realizam estudos, sobretudo, estudo sobre as mulheres de forma isoladas de suas circunstâncias pessoais. Esse tipo de pesquisa, por sua vez, passa por cima de importantes fatores sociais e culturais, na medida em que se apoiam em fatores androcêntricos. Um exemplo desta questão seria uma pesquisa realizada no âmbito psicológico que ao considerar as causas de uma possível depressão feminina, atribui a esta causas biológicas, em vez de uma situação social difícil (GERGEN, 1993 p. 112-114).

Uma terceira hipótese questionável, segundo Gergen, é o tradicional paradigma de que o cientista pode e deve produzir pesquisa isenta de valor. Segundo a autora, “ao contrário disto, as cientistas feministas rejeitam a hipótese de que o conhecimento e sua criação possam estar isentos de valor”. Nessa perspectiva, ao contrário da ciência moderna o feminismo nos desafia a articular nossos valores para desenvolvermos novas teorias e formular novas práticas de pesquisa (GERGEN, 1993 p. 114-115).

A quarta hipótese está ligada a ideia que a ciência moderna aponta, como se todos os fatos são independentes do cientista que os estabelecem. Nessa perspectiva, Gergen aborda que esse paradigma assume dentro da pesquisa que o mundo é do jeito que é, independente do observador, e assim todos os pesquisadores que utilizarem métodos científicos apropriados chegarão a mesma conclusão (GERGEN, 1993, p. 115). Segundo esta autora as críticas feministas vão de encontro a essa questão.

Em vez disso, uma perspectiva feminista mantém que todos os aspectos do método científico requerem atos de interpretação. As interpretações são necessárias para selecionar ou criar um vocabulário relevante e um modelo teórico, para se fazer distinções entre objetos, para se formular sistemas de explicação e resumir as descobertas. Assim, o que se transforma em fato estabelecido não reflete o mundo como ele é, mas o mundo submetido a um modelo lingüístico *a priori* (GERGEN, 1993 p. 115).

Por fim, a ciência moderna, assim como foi abordada, mantém que a única maneira de estabelecer conhecimento válido é através do conhecimento científico. Nesse aspecto, segundo Gergen todas as outras formas de conhecimento são negadas e vistas como inferiores. Essa questão estaria expressa numa variedade de práticas metodológicas em comum. Em primeiro lugar, o pesquisador/a assume o seu papel de superioridade com relação ao objeto de pesquisa, não se interessando sobre o que o objeto pesquisado sabe em relação ao tema ou é capaz de fazer. Em segundo lugar, tudo é controlado pelo pesquisador/a, desde o contexto até os métodos, procedimentos etc. Em terceiro lugar, o pesquisador/a jamais compartilha com o objeto pesquisado a que resultado se chegou ou o que se pretendeu pesquisar, para não contaminar os resultados da pesquisa (GERGEN, 1993 p. 116-117).

### **Considerações finais**

Diante do exposto, podemos concluir que a entrada da mulher na universidade e a sua maior participação na produção de conhecimento tem permitido criar novos debates em torno das relações de poder, e apontam para um enfrentamento epistemológico na perspectiva da luta política, que denuncia a hegemonia colonial, branca e sexista da ciência. Entretanto, apesar do avanço da discussão, sobretudo a partir do pensamento descolonial e feminista, a luta contra o sexismo da ciência está ainda longe de apontá-la como democrática, pois carrega um discurso-cilada na defesa de seus instrumentos de hegemonia, que historicamente tem invisibilizado e descredibilizado a produção científica de mulheres.

Nesse sentido, para Lage (2008) a superação da condição histórica de subalternização de grupos exige uma ciência militante, que faça do ato de produzir conhecimentos um ato político e socialmente responsável e o compromisso com a transformação social. Neste aspecto, a militância científica segundo a autora exige competência e paixão:

Competência para produzir conhecimentos de alta qualidade, com profundidade e embasamento teórico e prático. Paixão pelo esforço intelectual exigido para a transgressão das amarras da colonialidade do saber, que impõe limite para o avanço das reflexões pós-coloniais que desmascaram a farsa da universalidade do

saber e da subalternidade dos outros conhecimentos. Nessa direção, a militância dentro da ciência colonial tem inúmeros desafios a ultrapassar, que vão desde o questionamento de sua credibilidade até a quebra do silenciamento de seu compromisso social e ético. Por isto faz-se necessário atingir sua hegemonia, vulnerabilizando-a (LAGE, 2008 p. 211).

Sendo assim, as discussões feministas em torno da ciência, sobretudo a epistemologia feminista, inaugura uma perspectiva crítica que busca superar a ideia de ciência universal e de uma ciência totalitária, que historicamente excluiu grupos sociais do mundo da ciência, considerando estes como incapazes de produzir conhecimento. Nessa direção, a concepção feminista de conhecimento constitui um passo importante para a superação da ciência androcêntrica e para a criação de novas formas de perceber o mundo e de romper com os silenciamentos históricos no campo científico, e não só. Devemos considerar que ao romper com formas tradicionais de construção de conhecimento, a criação de epistemologias outras, como a feminista, permitiu também uma reflexão maior sobre outros grupos subordinados que estavam inferiorizados pelo discurso da modernidade, como grupos étnicos-raciais e geograficamente diferentes.

Outrossim, entendemos que a epistemologia feminista, assim como nas palavras de Louro (1997), supõe revolucionar o modo consagrado de fazer ciência, aceitando o desconforto de ter certezas provisórias, inscrevendo no próprio processo de investigação a autocrítica constante, mas sem fazer tudo isso de tal forma que não provoque o imobilismo ou o completo relativismo. Nessa direção, o que está em jogo não é a adoção de uma metodologia, com procedimentos e estratégias únicas, podendo haver em contrapartida possíveis aproximações com estudos e debates teórico-metodológicos. O que se pretende, sobretudo, é a busca de uma nova disposição epistemológica e política, um novo modo de ser cientista.

### **Bibliografia de referência**

CALVALLI, H. G; LOPES, M. de F. **A teoria do conhecimento e a epistemologia feminista.** Minas Gerais, 2012. Disponível em: <http://www.hcte.ufrj.br/downloads/sh/sh4/trabalhos/Haudrey.pdf>. [acessado em 15 de dez. de 2013]

COLLING, A. **A construção histórica do feminino e do masculino.** In: Gênero e cultura: questões contemporâneas/ org. STRY, M. N; CABEDA, S. T; PREHN, D. R. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

GERGEN, M. M. **Rumo a uma metateoria e metodologia feminista nas ciências sociais.** In GERGEN, M. M. O pensamento feminista e a estrutura do conhecimento. Rio de Janeiro: Rosas dos Tempos: Edunb, 1993.

HARDING, S. **A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista.** Estudos Feministas. Vol. 1 (1), 1993.

JAGGAR, Alison. **“Amor e conhecimento: a emoção na epistemologia feminista”.** In: JAGGAR, Alison; BORDO, Susan (Orgs.). Gênero/corpo/conhecimento. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

LANDER, E. **Ciências Sociais: saberes coloniais e eurocêntricos.** In: A Colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. p. 21-53 Edgard Lander (org). ColecciónSurSur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2005.

LAGE, A. C. **Entre hegemonias e subalternidades, discursos e militâncias que apontam para uma ciência pós-colonial: é possível uma ciência mestiça?** In. Revista do Observatório dos Movimentos Sociais Ano I, nº 01, Jul./Ago./Set./Out. Caruaru – Pernambuco: Observatório dos Movimentos Sociais, Centro Acadêmico do Agreste, Universidade Federal de Pernambuco, 2008.

LONGINO, Helen E. **Epistemologia feminista.** In: GRECO, J; SOSA, E. Compêndio de Epistemologia (orgs.). São Paulo: Edições Loyola, 2008.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista.** Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

MARCONDES, D. **A crise de paradigmas e o surgimento da modernidade.** In: BRANDÃO, Z. (org.). A Crise dos Paradigmas e a educação. São Paulo: Cortez, 1996.

MIGNOLO, Walter D. **Os esplendores e as misérias da «ciência»: colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluriversalidade epistêmica.** In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org). Conhecimento prudente para uma vida decente: “Um discurso sobre as ciências” revisitado. Porto: Edições Afrontamento, 2003.

SANTOS, B. de S. **Um discurso sobre as ciências.** São Paulo: Cortez, 2009.

SANTOS, B. de S. **A crítica da razão indolente: para um novo senso comum: A ciência, o direito e a política na transição paradigmática.** Vol. 1. São Paulo: Cortez, 2000.

VALDIVIESO, M. **Aportes e incidência de los feminismos em el debate sobre ciudadanía y democracia em América Latina.** In: Feminismo y cambio social en América Latina y el Caribe. 1ª ed. – Ciudad Autónoma de Buenos Aires : CLACSO, 2012.

**Recebido em: 31/05/2014. Aceito em: 23/07/2014.**